

A Primeira Administração do Instituto da Ordem dos Advogados (1843)

Com base em nota recebida do amigo, confrade, e grande genealogista Ricardo Pinto de Oliveira Neto referente aos festejos dos 165 anos do Instituto dos Advogados, na qual consta a relação dos integrantes da primeira administração daquela Instituição, apresentamos biografia e genealogia (resumida), daqueles administradores, nos mesmos moldes do que vem sendo desenvolvido em outros tópicos nesta página.

Carlos Eduardo de Almeida Barata
Agosto 2008

"Há 165 anos, no dia 21 de agosto de 1843, foi eleita a primeira administração do Instituto dos Advogados, composta do Dr. Francisco Gê Acayaba de Montezuma, presidente; Dr. Josino do Nascimento Silva, secretário, e Dr. Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite, tesoureiro, - ficando o Conselho Diretor constituído dos Drs. Luiz Fortunato de Brito Abreu e Souza Menezes, Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, Francisco Thomaz de Figueiredo Neves, José Maria Frederico de Souza Pinto, Augusto Teixeira de Freitas, Caetano Alberto Soares, José de Siqueira Queiroz, Dias da Motta, Luiz Antonio da Silva Nazareth e Fausto Augusto de Aguiar. Foi designado o dia 7 de setembro para a instalação solene do Instituto - sendo conferido o título de presidente honorário ao conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão, o inspirador e principal fundador do mesmo Instituto."

www.migalhas.com.br

Apontamentos Biográfico-Genealógicos

1. Dr. Francisco Gê Acayaba de Montezuma, presidente:

Francisco Gomes Brandão, nascido a 23.03.1794, na Bahia, e falecido a 15.02.1870, no Rio de Janeiro, RJ. Filho de Manuel Gomes Brandão e de Narcisa Teresa de Jesus Barreto.

Político, grande orador e advogado brasileiro, que, após 1822, passou a assinar-se *Francisco Gê Acaiaba de Montezuma*, ressaltando o seu sabor indianista: *Acaiaba*, o seu sabor africano: *Gê*, e sua afirmação americanista: *Montezuma*.

Seguiu para Portugal para concluir seus estudos. Matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a 22.02.1817, com o nome Francisco Gomes Brandão Montezuma. Matriculado no curso de Filosofia, em 31.10.1817. Bacharel em Leis a 05.06.1820. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra a 13.06.1821. Fundou, na Bahia, a sociedade secreta Jardineiros, de cunho constitucionalista. Combateu o tráfico africano [1831]. Deputado à primeira Constituinte, e quando da dissolução, foi juntamente com os Andradas, deportado. Regressando ao Brasil, foi eleito novamente Deputado (1831), quando propôs a criação do Banco do Brasil e a abolição da escravatura. Ministro dos Estrangeiros e da Justiça. Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [1838].

Fundador e 1.º Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados [1843].



Senador do Império. Conselheiro de Estado [1830]. Conselheiro do Imperador. Diplomata: Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil na Grã-Bretanha a 16.09.1840.

Foi agraciado, por Decreto de 2 de Dezembro de 1854, com o título de Visconde de Jequitinhonha.

Casou duas vezes: a primeira, a 07.10.1823, no Rio de Janeiro, com Mariana Angélica de Toledo Marcondes, nascida cerca de 1798, e falecida a 24.05.1836, no Rio de Janeiro, antes da concessão do título. Filha de Antônio Marcondes de Oliveira Amaral, membro da importante e antiga família Marcondes, de São Paulo, e de Maria Francisca Teixeira; neta paterna do capitão Antonio Marcondes do Amaral, natural da Ilha de São Miguel, e de Ana Joaquina de Sá; neta materna de Antonio José da Mota e de Mariana de Toledo. Casou em segundas núpcias, a 04.06.1842, no Rio de Janeiro, na chácara de João ... Ribeiro, no Rio Comprido, com Francisca Maria de Jesus, nasc. em 1792, na freg. da Exaltação da Santa Cruz (Ubatuba), bispado de São Paulo, e falecida a 19.02.1860, em Niterói – RJ, viúva de Marcolino Antonio Leite, filha de Francisco Manuel e de Maria Leonor. Montezuma deixou ainda uma filha natural.

Pais de (1.º matrimônio):

- I.1. Harmódio Marcondes de Montezuma, nasc. a 11.05.1833, no Rio de Janeiro (São José)
- I.2. Leônidas Marcondes de Montezuma, nasc. cerca de 1825. Casado com Luiza Goddard, inglesa Com geração na Inglaterra.
- I.3. Mariana Angélica Marcondes de Montezuma, nasc. a 05.04.1836, no Rio de Janeiro. Casada a 05.09.1859, no Rio de Janeiro (Candelária), com o doutor Júlio Henrique de Souza Melo Alvim, irmão do Barão de Iguatemi, filhos de Manuel de Souza Melo Alvim, Ministros de Estado do Imperador do Brasil, e de Maurícia Elisa de Menezes. Com geração.
- I.4. Artur Marcondes de Montezuma
- I.5. Narciso Marcondes de Montezuma, nasc. a 16.10.1834, no Rio de Janeiro. (filho natural com Angela Rosa da Conceição):
- I.6. Tomaz Francisco de Montezuma, nasc. a 22.05.1837, no Rio de Janeiro.

2. **Dr. Josino do Nascimento e Silva, secretário.**

Nascido a 31.07.1811, em Campos (freg. São Salvador) - Rio de Janeiro, e fal. a 06.06.1886, no Rio de Janeiro, na rua do Riachuelo, 192, sepultado no cemitério do Carmo. Filho de Manuel do Nascimento e Silva e de Margarida Rosa de São José.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de São Paulo, na turma de 1834. Promotor Público e Juiz Municipal da Corte [RJ]. Procurador dos Feitos da

Fazenda Nacional. Oficial Maior da Secretaria de Justiça [1852]. Diretor-Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Membro da Assembléia Provincial do Estado do Rio de Janeiro. Deputado à Assembléia Geral Legislativa, pelo Rio de Janeiro [1845-1847]. Presidente das Províncias de São Paulo [1853-1854] e Rio de Janeiro [1871-1872].

Diretor-Geral da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro. Advogado do Banco do Brasil. Presidente do Conservatório Dramático. Conselheiro do Império. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Comendador da Ordem de Cristo.

Sócio do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, participando da sua fundação, e da sua 1.º administração, na função de Secretário [1843]. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [1839].

Casado a 21.05.1836, no Rio de Janeiro (Santa Rita), com Maria Jesuina da Rocha Freitas, natural do Rio de Janeiro (São José), filha de Francisco José da Rocha Freitas e de Maria Teresa de Jesus.

Pais de:

- I.1. Manuel do Nascimento e Silva, nasc. a 03.03.1837, no Rio de Janeiro (Candelária), e fal. a 11.02.1895, no Rio de Janeiro, na rua Comendador Teles 23 - sepultado no Cemitério do Caju. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo [1862]. Casado a 08.09.1868, no Rio de Janeiro (Glória), com Jacinta Celestina Barroso, filha de Francisco Carlos Barroso e de Jacinta de Castro. Com geração.
- I.2. Maria Emília do Nascimento Silva, nasc. a 21.05.1838, no Rio de Janeiro (Candelária). Casada a 25.07.1857, no Rio de Janeiro, em casa do pai da noiva, com André Cordeiro de Araújo Lima, nasc. em 1833, no Rio de Janeiro (São José), e fal. a 25.08.1894, no Rio de Janeiro, na rua Pedro Américo 42 - sepultado no Cem. do Catumbi. Filho de Luiz Antonio de Araújo Lima e de Maria Rita Cordeiro de Negreiros. Com geração.
- I.3. Josino do Nascimento e Silva Filho, nasc. em 1839, no Rio de Janeiro (Candelária), e falecido a 19.04.1891, no Rio de Janeiro, na rua Miguel de Frias, 10 - sepultado no Cem. do Carmo. Advogado. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1862). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (1879). Casou duas vezes: a primeira, a 08.12.1860, no Rio de Janeiro com sua prima em 2.º grau, Josefina Maria Ferreira, nasc. em 1845, no Rio de Janeiro (Candelária), e falecida a 18.12.1866, no Rio de Janeiro, na rua do Riachuelo, 156 - sepultado no Cem. do Carmo. Com geração. Casou segundo, a 24.10.1871, no Rio de Janeiro, com Minervina Amanda da Costa, natural de Niterói, Rio de Janeiro, filha de José Vitorino da Costa e de Maria Antonia Xavier Pragana.
- I.4. Jesuína Adelaide da Silva, nasc. cerca de 1841, no Rio de Janeiro. Casada a 03.10.1863, no Rio de Janeiro, em casa do pai da noiva, na rua de Matacavalos 156, com João Evangelista Cordeiro de Araújo Lima, nasc. em 1830, no Rio de Janeiro (São José), e faleceu a 01.03.1898, no Rio de Janeiro, na rua Mariz e Barros 18 - sepultado no cemitério do Caju. Filho de Luiz Antonio de Araújo Lima e de Maria Rita Cordeiro de Negreiros. Com geração.
- I.5. Felícia do Nascimento e Silva, nasc. a 05.10.1844, no Rio de Janeiro (Candelária), onde faleceu a 29.01.1848.
- I.6. Adelaide do Nascimento e Silva, nasc. a 17.11.1846, no Rio de Janeiro.
- I.7. Saturnino do Nascimento e Silva, nasc. cerca de 1852, no Rio de Janeiro. Casou duas vezes: a primeira a 08.06.1876, no Rio de Janeiro (São Cristóvão), com Corina Cristina da Costa Araújo, natural do Rio de Janeiro (Engenho Velho), filha de Pedro da Costa Araújo e de Maria Arcanja da Cunha Menezes - com geração. Casou segundo, a 31.01.1895, no Rio de Janeiro, com Zina de Andrade, natural do Rio de Janeiro (Engenho Novo), filha de Bento Távora Noronha Saldanha Freire de Andrade e de Emília

- Ecossia Sandoval.
- I.8. Francisca do Nascimento e Silva, nasc. em 1854, no Rio de Janeiro (Sacramento). Casada a 22.11.1877, no Rio de Janeiro (Santo Antonio), com Francelino Faria da Mota, Engenheiro.
- I.9. Carlos Augusto do Nascimento e Silva, nasc. a 25.06.1855, no Rio de Janeiro. Engenheiro - A ele se deve a homenagem do nome de uma das ruas do bairro de Ipanema, na zona sul carioca - *rua Nascimento Silva*. Casado a 15.05.1879, no Rio de Janeiro, com Propícia Eugenia Cardoso, natural do Rio de Janeiro (Sacramento), filha do comendador Manuel José Cardoso e de Maria Delina da Cunha - com geração.
- I.10. Ernesto do Nascimento e Silva, nasc. a 10.09.1857, no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1925. Médico higienista. Professor e Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro [1914]. Diretor da Instrução Pública Municipal [1921]. Casou duas vezes: a primeira, a 18.05.1882, no Rio de Janeiro, com Ana de Alencar Araripe, *Senhorinha*, nasc. em 1863, no Recife (Boavista), Pernambuco, e falecida a 18.09.1899, no Rio de Janeiro, na rua do Riachuelo 71 - sepultado no cemit. do Caju. Filha do magistrado Tristão de Alencar Araripe e de Argentina Franclin de Alencar Lima - com geração. Casou segundo a 02.05.1903, no Rio de Janeiro, com Alda de Miranda Campos, natural de São Sebastião de Cedofeita, Porto, Portugal, e falecida a 06.10.1952, no Rio de Janeiro - sepultada no Cemit. do Carmo, filha de Francisco Antonio de Campos e de Adelita de Miranda.
- I.11. João do Nascimento e Silva, nasc. a 07.1869, no Rio de Janeiro.

3. **Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite, tesoureiro**

Nascido a 07.04.1803, em Piancó, província da Paraíba -, e fal. a 06.07.1867, no Rio de Janeiro.

Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Academia de Olinda, na turma de 1834.

Foi **um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados**, participando da primeira diretoria na qualidade de tesoureiro.

Um dos seis deportados, em 1842, em consequência dos movimentos revolucionários de São Paulo e Minas Gerais. Deputado à Assembléia Geral pela Paraíba na 6.^a e 7.^a legislaturas, respectivamente, de 01.01.1845 a 18.09.1847, e de 03.05.1848 a 05.10.1848. Proprietário da famosa e importante Chácara da Floresta, na rua da Ajuda (próxima a Cinelândia).

Em 1857, promove a demarcação de uma grande área no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, dividindo-a em lotes. Esta colônia recebe o nome de Fransilvânia, nas terras contíguas aos rios Pancas e São João, que dá origem ao bairro São Silvano. Foi presidente da Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização, e Civilização dos Indígenas.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Comendador.

Casado a 17.11.1832, no Rio de Janeiro, em casa do comendador Martiano Antonio de Amorim Carrão, com Maria Rita de Sampaio, nasc. a 07.06.1809, no Rio de Janeiro, e falecida a 24.07.1900, filha do Marechal de Campo Antonio Manuel da Silveira Sampaio, que veio de Portugal para o Brasil na comitiva do Príncipe regente D. João, que aportou no Rio de Janeiro em 1808, sendo nomeado secretário do governador das armas general João Forbes Skellater, e de Maria Carlota de Figueiredo Leite Lobo.

Pais de:

- I.1. Antonio Rodrigues dos Santos França Leite, nasc. a 28.11.1835, no Rio de Janeiro (São José), e fal. a 03.10.1901, no Rio de Janeiro, na praia do Flamengo 24 - sepultado no cemitério de São João Batista. Sendo solteiro, deixou um filho natural.
- I.2. Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite, nasc. a 13.12.1836, no Rio de Janeiro, e fal. em 21.05.1885, no Rio de Janeiro, na rua Senador Pompeu -

sepultado no cemitério de São João Batista. Engenheiro formado pela antiga Escola Central. Exerceu várias comissões na província do Ceará e na de São Paulo, onde serviu o cargo de engenheiro fiscal da estrada de Ferro Sorocabana. Foi um dos fundadores e presidente do Instituto Politécnico de São Paulo.

- I.3. Isabel Maria de Sampaio França e Leite, nasc. a 01.01.1838, no Rio de Janeiro (São José), onde faleceu a 28.09.1905. Casada a 13.01.1857, no Rio de Janeiro, com o doutor Manuel Veloso Paranhos Pederneiras, nasc. por volta de 1832, filho de Manuel Paranhos da Silva Veloso e de Ana da Silva Veloso. Manuel Paranhos, o pai, era afillhado de seu tio Francisco Veloso Rebelo e tutelado por seu tio Manuel Veloso Rebelo, na Estância Perdeneiras, de onde tirou o apelido *Pederneiras* que colocou em seu filho. Com geração.
- I.4. João Rodrigues dos Santos França e Leite, nasc. a 13.03.1839, no Rio de Janeiro, e fal. em 25.02.1858, no Rio de Janeiro, aos 19 anos, de tifo, solteiro - sepult. no cemitério de São João Batista.
- I.5. Pedro Rodrigues dos Santos França e Leite, nasc. a 06.06.1850, no Rio de Janeiro, e fal. a 08.03.1912 (ou 1913). Coronel. Casado com Elisa Ortman. Com geração.

4. **Dr. Luiz Fortunato de Brito Abreu e Souza Menezes, Conselho Diretor**

Nascido a 11.02.1812, no Rio de Janeiro, onde faleceu. Filho do desembargador José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes e de Ana Dorotéia de Oliveira Gonçalves; neto paterno de Antonio de Brito Leitão Abreu e Souza e de Ana Teresa Joaquina de Jesus; e, neto materno de Tomás Gonçalves e de Maria Angélica de Oliveira

Bacharel em Direito pela Academia de São Paulo, na turma de 1832. Juiz de fora da Praia Grande. Deixou, por algum tempo a magistratura, para exercer a advocacia no Rio de Janeiro. Foi, depois, Juiz de Direito de Itaboraí, na província do Rio de Janeiro, e Juiz de Órfãos na Corte (Rio de Janeiro). Desembargador, em 1845. Dizem ter sido Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo esse em que se aposentou, embora seu nome não apareça no trabalho de Laurênio Lago.

Foi Chefe de policia da Corte. Deputado à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro.

Moço Fidalgo da Casa Imperial, Comendador da Ordem de Cristo e da Ordem de São Gregório Magno.

Foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados Brasileiros, criado em 7 de agosto de 1843. Fez parte do seu primeiro Conselho Diretor, sob a presidência de Francisco Gê Acayaba de Montezuma.

"...O Instituto dos Advogados Brasileiros foi criado em 7 de agosto de 1843, por Aviso firmado pelo Ministro de Estado da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, que mandou a Secretaria Imperial dos Negócios da Justiça, aprovar seus estatutos. Instalado na Capital do Império (7 de setembro de 1843), obteve aprovação do seu Regimento Interno (15 de maio de 1844), em reunião no Colégio Pedro II, na qual estiveram presentes os Ministros de Negócios da Justiça, de Estrangeiros e da Marinha. Finalidade precípua : organizar a Ordem dos Advogados do Brasil...."

"...Os Fundadores

Selecionamos para análise, além do já citado Conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão e do primeiro presidente, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, os fundadores Caetano Alberto Soares e Augusto Teixeira de Freitas, que chegaram à presidência do Instituto, José Maria Frederico de Souza Pinto, membro do primeiro Conselho Diretor, Josino Nascimento Silva, secretário da primeira diretoria, e Antônio Pereira Pinto. Estes advogados e mais José Thomaz de Aquino e Luiz Fortunato de Brito Abreu e Souza Menezes, dos quais não foram encontradas referências biográficas,

assinaram a representação enviada ao governo solicitando a aprovação dos estatutos da nova instituição. Será integrado ao grupo Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, eleito para o primeiro Conselho Diretor, que teve grande atuação logo após a fundação do Instituto, elegendo-se, inclusive, para a segunda presidência. ..."

Fonte: www.iabnacional.org.br/iabhist.html

Na Maçonaria:

*O Desembargador Manoel de Jesus Valdetaro "...Fundou com: José Augusto Gomes de Menezes e Vasconcellos Drummond, Constâncio José Xavier Soares, Bento Joaquim de Souza, João Manoel Lopes Pimentel, **Luiz Fortunato de Brito** e Bernardino José de Queiroga, a primeira Loja Maçônica da Capital paulista a Loja Amizade que se colocou sob a jurisdição do Grande Oriente Brasileiro, só passando para o Grande Oriente do Brasil em 1861, fundada a 13 de maio de 1832. Desses sete, cinco eram estudantes de Direito inclusive é claro o futuro Desembargador Manoel de Jesus Valdetaro. (A Loja Amizade adotou o Rito Moderno, passando, depois, para o Rito Escocês Antigo e Aceito). ..."*

Fonte: www.bairrodocatete.com.br/valdetaro.html

Casado a 02.02.1833, no Rio de Janeiro, em casa do pai do noivo, com dispensa do 2.º grau, com Constança Gabriela de Oliveira, nasc. a 14.01.1819, no Rio de Janeiro, e falecida a 20.06.1891, no Rio de Janeiro - sepultada no Cemitério do Catumbi. Filha de José de Oliveira Barbosa, Barão do Passeio Público, e Visconde do Rio Comprido, e de Maria Tomásia de Oliveira Gonçalves; neta paterna do sargento-mór João de Oliveira Barbosa, e de Brites Joaquina de Andrade - descendentes de família de povoadores da Cidade do Rio de Janeiro, no século XVI. Neta materna de Tomás Gonçalves e de Maria Angélica de Oliveira - também avós do biografado.

Pais de:

- I.1. José Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes, nasc. a 30.05.1834, no Rio de Janeiro (São José), e fal. a 22.03.1898, no Rio de Janeiro.
- I.2. Luiz Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes, nasc. a 05.01.1837, no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela mesma Faculdade de São Paulo, em 1863.
- I.3. Constança Fortunato de Oliveira Menezes, nasc. cerca de 1839, no Rio de Janeiro, onde faleceu a 06.11.1867. Casada a 19.05.1855, no Rio de Janeiro, em casa da avó paterna da noiva à rua de Matacavalos, com Caetano Alves de Souza Filgueiras, nasc. a 22.06.1830, na Freguesia do Passo, Salvador, Bahia, e fal. a 28.07.1882, em João Pessoa - Paraíba. Doutor, Presidente da Província de Goiás. Filho do capitão de fragata Caetano Alves de Souza Filgueiras e de Maria Petronilha. Com geração.
- I.4. Maria Fortunata de Souza e Menezes I, nasc. cerca de 1841, no Rio de Janeiro, faleceu menor.
- I.5. Maria Fortunata de Souza e Menezes II, nasc. a 27.01.1849, no Rio de Janeiro. Casada a 22.01.1896, no Rio de Janeiro, na igreja de São José, com Terner de Souza e Silva, natural do Rio de Janeiro (Santa Rita), filho de Delfino Rangel da Silva e de Maria Angélica de Souza. Com geração.

5. Dr. Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, Conselho Diretor

Nascido a 25.12.1815, na Vila de Penedo, Alagoas, e falecido a 01.04.1906, no Rio de Janeiro, sepultado no cemitério de São João Batista. Filho do capitão João Moreira de Carvalho e de Maria Joaquina de Almeida e Silva.

Bacharel em Direito, em 1839, pelo Curso Jurídico de São Paulo. Doutorou-se em Oxford (Beviláqua, I, 60). Advogado eminente. Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro. Em 1852, foi nomeado para representar o Brasil junto aos Estados Unidos, entrando para o serviço diplomático. Exerceu vários cargos na Europa, entre eles o de Ministro e Enviado Extraordinário, em diferentes países até 1889. Diplomata dos mais distintos,

representou o Brasil em Washington e Londres, e dirigiu algumas negociações de alta relevância. Representou sua Província natal na 8ª legislatura de 1850.

Em 1853-1854, como ministro nos EUA, defendeu a política brasileira de não-abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira. Encarregou-se do empréstimo pedido à Inglaterra, apesar das relações diplomáticas cortadas com o país. Escreveu *O Empréstimo Brasileiro em Londres em 1863*.

Fundou com outros, o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (1843), fazendo parte do primeiro Conselho Diretor. Foi, depois, Presidente desse Instituto.

Distinguiu-se junto à Santa Sé (1873) na "Questão Religiosa", salientando-se também como presidente da Comissão Brasileira na Exposição Universal de Paris.

Era Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IHGB. Veador de S. M. a Imperatriz, era do Conselho de S. Majestade, Grã-Cruz da imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo, Grã-Cruz da Real Ordem de Cristo de Portugal e da de N.S. de Vila Viçosa, Grã-Cruz da Ordem de S. Gregório o Magno de Roma, da de Francisco I de Nápoles, da de Medjidié, da Turquia, do Duplo Dragão da China, da Ernestina de Saxe Coburgo Gotha e Grande Oficial da Legião de Honra, da França. Foi agraciado, por Decreto de 29.07.1864, com o título de Barão de Penedo.

Francisco Inácio de Carvalho Moreira nasceu no dia 25 de dezembro de 1815, uma segunda-feira. Era filho do português João Moreira de Carvalho e da alagoana Maria Joaquina de Almeida Silva. Segundo Renato Mendonça, o menino Francisco Inácio, entre as diabruras e traquinagens habituais da idade, curtiu a infância, em grande parte, no Engenho Santa Cândida, propriedade do pai. "Desse tempo feliz, ingênuo e folgazão", disse o biógrafo do Barão de Penedo, "datam algumas de suas amizades mais ternas", entre as quais a de Sinimbu.

A vida intelectual de Francisco Inácio teve início em 1834 – tomemos esta data como uma mera referência cronológica -, ano em que o penedense matriculou-se no curso jurídico de Olinda. Em Pernambuco, Francisco Inácio passou a conviver com figuras que iriam, como ele, entrar para a história do nosso país: Eusébio Queiroz, Saldanha Marinho, Nabuco, Cotegipe, Zacarias de Góis Vasconcelos e Teixeira de Freitas. Creio mesmo que foi aí, embalado por tal convivência, que o futuro Barão de Penedo começou a abrir os olhos e a mente para o Brasil. Período de muitos estudos, de exames puxados – "sérios e proveitosos", segundo suas próprias palavras.

A temporada olindense de Francisco Inácio, contudo, pouco durou: em razão de tolas divergências entre mestres e estudantes – divergências perfeitamente sanáveis, mas que a intemperança de ambas as partes logo iria transformar em distúrbios e, mais adiante, em conflitos abertos, que envolveram, inclusive, a força pública a mando do presidente da Província -, Francisco Inácio mudou-se para São Paulo, onde, em 1839, sob as circunspectas arcadas da academia paulistana, no Largo de São Francisco, se bacharela no curso de Ciências Jurídicas e Sociais.

Recém formado, Francisco Inácio enfrentou, com sucesso, o desafio de defender, no Conselho de Guerra, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, acusado de chefiar, em São Paulo, o movimento revolucionário de 1842. E o fez com tanto engenho e arte que logrou obter a absolvição do militar. Tamanho sucesso elevou no meio forense o prestígio do penedense. Um ano depois, Francisco Inácio, já então um advogado reconhecido e prestigiado, em cuja banca trabalhou o futuro deputado e romancista José de Alencar, criou, em companhia de Teixeira de Freitas, Caetano Alberto, Montezuma, Luís Fortunato e Sousa Pinto, a Ordem dos Advogados, que, ainda hoje, concorre não só para a boa administração da justiça e a qualidade dos cursos de Direito, como para a defesa intransigente dos direitos do cidadão. Francisco Inácio foi o segundo presidente da Ordem, sucedendo ao

conselheiro Francisco Acayaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha.

Francisco Inácio atuou com grande desenvoltura nos campos parlamentar, jurídico e diplomático. Ouso afirmar, porém, que a personalidade do penedense brilhou, sobretudo, na área diplomática, tendo prestado inúmeros e importantes serviços ao Brasil.*

*Ronaldo Conde Aguiar, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. "*Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo*" - palestra lida no Teatro Sete de Setembro, na cidade de Penedo, Alagoas, no dia 24 de novembro de 2006.



Barão de Penedo

Deixou geração do seu cas., em São Paulo, com Carlota Emília da Costa Aguiar de Andrada, nascida por volta de 1820 e falecida a 18.05.1919, no Rio de Janeiro, RJ, com 99 anos de idade], baronesa de Penedo, irmã do Barão de Aguiar de Andrade, filhos de Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada e de Maria Zelinda de Andrada.

Pais de:

- I.1. Francisco Inácio de Carvalho Moreira, nasc. cerca de 1842.
- I.2. Artur de Carvalho Moreira, nasc. cerca de 1844, no Rio de Janeiro, onde faleceu a 27.10.1918. Advogado e diplomata.
- I.3. Carlota Luciana de Carvalho Moreira, nasc. cerca de 1847, no Rio de Janeiro, onde faleceu a 04.09.1913. Casada a 02.03.1867, no Rio de Janeiro (Capela Imperial), em casa do pai da noiva, com José Caetano de Andrade Pinto, nasc. a 19.05.1826, no Rio de Janeiro (São José), onde faleceu a 27.03.1885, na rua Santo Inácio 25 - sepultada no Cemitério de São João Batista. Filho do camarista José Caetano de Andrade Pinto e de Maria Joaquina Soares de Paiva.
- I.4. Alfredo de Carvalho Moreira, nasc. cerca de 1844, e falecido a 23.08.1905, no Rio de Janeiro, solteiro, sepult. no cemitério de São João Batista.

6. **Dr. Francisco Thomaz de Figueiredo Neves, Conselho Diretor**

Nasc. cerca de 1802, em Santo Antonio da Casa Branca, Minas Gerais, e falecido a 29.10.1855, no Rio de Janeiro - sepult. no cemitério de São João Batista. Era irmão de Antonia Tomásia de Figueiredo Neves, que foi casada com o poderoso barão de Cocais. Filho do coronel Antonio Tomás de Figueiredo Neves, proprietário da Fazenda de Santa

Quitéria, onde esteve hospedado Auguste de Saint Hilaire, que registrou a exploração do ouro que ali era feita, a céu aberto; e de Coleta Antonia Ferreira Pinto; neto paterno do capitão Antonio Ferreira Neves e de Maria Josefa de Jesus.

Foi advogado do Conselho de Estado, nomeado a 09.05.1842. Integrou o grupo que fundou o **Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (1843), fazendo parte do primeiro Conselho Diretor.**

Casado a 18.05.1833, no Rio de Janeiro, em casa, com Marcolina Firmina dos Santos, nasc. em 1805, no Rio de Janeiro (Candelária), e falecida a 22.08.1887, no Rio de Janeiro, na rua Sorocaba 3 - sepultada no cemitério de São João Batista, filha do tenente Manuel Francisco da Costa Tibau e de Teresa Joaquina do Nascimento.

Pais de:

- I.1. Francisca América de Figueiredo Neves, nasc. cerca de 1839, no Rio de Janeiro (Sacramento), e falecida a 02.05.1930, no Rio de Janeiro - sepult. no cemitério de São João Batista. Casada a 28.11.1860, no Rio de Janeiro (Santana), em casa da mãe da noiva, na rua Princesa dos Cajueiros, com o doutor João Luiz de França Miranda, nasc. em 1828, no Província do Paraná, e falecido a 09.09.1893, no Rio de Janeiro, na rua da Passagem 64 - sepult. no cemitério de São João Batista - doutor, advogado, filho de Manuel Antonio Ferreira e de Florinda Maurícia de Sá Ribas - com geração.
- I.2. Francisco de Figueiredo Neves, nasc. a 09.05.1835, no Rio de Janeiro (Sacramento).
- I.3. Marcolina América de Figueiredo Neves, nasc. a 16.03.1834, no Rio de Janeiro (Sacramento), e falecida a 14.08.1876, no Rio de Janeiro, na rua Santana 55 - sepultada no cemitério de São João Batista.

7. **Dr. José Maria Frederico de Souza Pinto, Conselho Diretor**

Nasc. a 29.03.1806, no Porto, Portugal, e falecido a 10.1854, em Vassouras, província do Rio de Janeiro. Filho de José Manuel de Souza Pinto.

Brasileiro por naturalização. Teatrólogo, diplomado em direito (1833), advogado. Antes de estudar direito foi empregado do comércio.

Fez o curso de ciências sociais e jurídicas em São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em 1833. Estabeleceu-se na Corte do Rio de Janeiro como advogado, **foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados brasileiros, que ajudou a fundar, fazendo parte do seu primeiro Conselho Diretor.** Foi sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Sócio benemérito da Sociedade Amante da Instrução, de cujas aulas foi Diretor.

Escreveu/traduziu/participou:

1. *Ensaio sobre os prazeres da imaginação.* Drama em tres atos. Obra do grande Addison, vertida para a língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ - 1827, in-4.º, 60 págs. (Tradução).
2. *Ernesto e Clara ou A heroína lusitana* - 1828 (Teatro).
3. *História da Inglaterra desde a invasão de Júlio Cesar até a morte de Jorge III* - Rio de Janeiro, RJ - 1828 , 1.º Tomo, in-4.º, 181 págs.(Tradução). Não continuou a publicação.
4. *Cathecismo de economia política ou instrução familiar que mostra a maneira, pela qual as riquezas são produzidas, distribuídas e consumidas na sociedade,* por João Batista Say; traduzido da 3.ª edição por Souza Pinto. Rio de Janeiro, RJ - 1834, in-8.º
5. *Primeiras linhas sobre o processo orfanológico,* por José Pereira de Carvalho. 4ª edição corrigida, melhorada e aumentada com a legislação orfanológica do Brasil. Rio de Janeiro, RJ -1840, in-8.º. Nas edições anteriores, a primeira das quais é feita no Rio de Janeiro em 1815 e as outras em Lisboa, não teve parte Souza Pinto. AS sexta edição com a legislação brasileira é de

1851; a oitava adaptada ao fôro do Brasil por Souza Pinto, aumentada pelo Dr. J.J. Pereira da Silva Ramos, é de 1864-1865, 3 partes em 1 vol., in-8.º. Há uma edição, revista de acordo com a nova legislação brasileira, por Tristão de Alencar Araripe, 1879, in-8.º, e nova edição, contendo as notas e adições do dr. José Maria Frederico de Souza Pinto, revista e acrescentadas por Antonio Joaquim de Macedo Soares, 1880, in-8.º. São todas estas do Rio de Janeiro.

6. *Doutrina das ações, acomodada ao foro de Portugal com adições da nova legislação do código comercial português, do decreto n.24 de 16 de maio de 1832 e outros que deram nova face à administração de justiça*, por José Homem Corrêa Teles; 4.ª edição correcta, consideravelmente aumentada, e expressamente "accommodada ao Fôro do Brazil, por José Maria Frederico de Souza Pinto - Rio de Janeiro, RJ , 1841, in-4.º. Houve mais edições; a sexta, feita com J.J. Pereira da Silva Ramos é de 1865; e a sétima Edição, de 1879, organizada sobre a sexta do Dr. Joaquim José Pereira da Silva Ramos, aumentada com a Legislação posterior até o presente; incluindo-se as "alterações, produzidas pela Nova Reforma Judiciaria, por um Jurisconsulto." (sic)
7. *Primeiras linhas sobre o processo civil brasileiro, seguidas de um completo índice sistemático*, Rio de Janeiro, RJ - 1850-1856, 5 tomos de 204, 102, 204, 130 e 354 págs., in-8.º. O último tomo contém um índice de toda obra, e há uma segunda edição, também de 5 tomos em três volumes, in-8.º, Rio de Janeiro, 1875
8. *Curso de direito cambial brasileiro ou primeiras linhas sobre as letras de câmbio e da terra, notas promissórias e créditos mercantis, segundo o novíssimo código comercial. Rio de Janeiro , 1851, in-8.º*

Não tenho maiores informações genealógicas.

8. **Dr. Augusto Teixeira de Freitas, Conselho Diretor**

Nasc. a 19.08.1816, em Cachoeira, Província da Bahia, e falecido a 12.12.1883, em Barreto, Niterói, RJ. Filho dos barões de Itaparica, Antonio Teixeira de Freitas Barbosa e Felicidade de Santa Rosa de Lima.

Grande Jurisconsulto. Estudou em sua província os preparativos necessários e fez o curso de Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade de Olinda (Pernambuco), onde recebeu o grau de Bacharel em 06.10.1837. Dando-se exclusivamente à advocacia, nunca aspirou, nem pediu emprego ou honraria; nunca se envolveu em política, nem fez parte de clubes ou associações, em que não se apresentasse como advogado. É este o título, de que se honra, sendo geralmente reconhecido como um dos primeiros jurisconsultos do Brasil. É advogado do conselho de estado. Oficial da Ordem da Rosa(1).

Participou, em 1843, no Rio de Janeiro, da fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros, cuja presidência ocupou em 1857.

Foi o responsável pela Consolidação das Leis Civis brasileiras de 1855 e autor da primeira, e mais impressionante, tentativa de codificação civil que o Brasil já viu. Seu esboço é uma obra colossal de mais de 4.000 artigos influenciando não só as tentativas posteriores, como também o Código Civil brasileiro de 1916, sendo quase que copiado pelos códigos civis da Argentina, do Paraguai e do Uruguai(2).

(1) Sacramento Blake, Dicionário Bio-Bibliográfico, Tomo I, 364.

(2) http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Teixeira_de_Freitas



Escreveu:

1. *Consolidação das leis civis*. Rio de Janeiro, 1857, 237-527 págs. 1 fl., in-8.º; 1l., 12-187-680 págs., in-8.º. Houve terceira edição aumentada, 1876. O doutor Teixeira de Freitas escreveu esta obra precedendo um contrato com o governo, que a mandou examinar por uma comissão composta do Visconde de Uruguai, conselheiro J.T. Nabuco de Araújo e doutor Caetano Alberto Soares (aqui citado), os quais a consideraram merecedora até de louvor do governo pela fidelidade e clareza do texto, pela ilustração das respectivas notas que o fundamentam e ao mesmo tempo o regeneram dos erros e abusos da praxe, etc. O parecer da comissão conclui declarando que, para a apreciação minuciosa deste livro, fora preciso um volume igual, e que, apesar de pequenos defeitos de que se ressentem um ou outro artigo e salvas as divergências da comissão, relativas à inteligência de algumas leis e a derrogação implícita de outras, a obra se recomenda pelo estudo profundo, erudição vasta e método didático, dá testemunho do zelo, dedicação e constância de seu autor, e atesta sua habilitação para o projeto do código civil, de que a consolidação é preliminar importante.
2. *Código Civil: esboço*. Rio de Janeiro, 1860-1864, 2 tomos em 3 vols. 1.688 págs., in-8.º. Esta obra também foi escrita por acordo com o governo, que fixara em cem contos de réis o prêmio respectivo ao projeto do código e ao da lei sobre a escravidão, recebendo o autor a metade desta quantia logo que apresentasse pontos os ditos trabalhos, e o restante depois do parecer da comissão nomeada para os rever.
3. *Relatório e pareceres dos membros da comissão encarregada de examinar o projeto do código civil*, Rio de Janeiro, 106 págs., in-8.º
4. e outros.

Casou com sua prima Matilde Teixeira de Lima, nasc. em 1814, e falecida a 17.12.1889, no Rio de Janeiro.

Pais de:

- I.1. Augusto Teixeira de Freitas, Junior, nasc. em 1842, em Itaparica, Bahia, e falecido a 01.11.1883, em Icaraí, Niterói, na rua da Independência nº 1. Advogado. Bacharel em Direito, diplomado em 1864, pela Academia de São Paulo. Dedicou-se, como seu pai, à advocacia, trabalhando com ele no mesmo escritório; é sócio do Instituto da Ordem dos Advogados. Casado a 01.02.1872, no Rio de Janeiro, com Ana Luiza Limpo de Abreu, nasc. em 1856, no Rio de Janeiro, e falecida a 24.07.1919, em Niterói – RJ, filha de Antonio Paulino Limpo de Abreu Filho, um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, que veio ao público em 03.12.1870, no número 1.º de *A República*, propriedade do Clube Republicano, redigido e colaborado por Quintino Bocaiuva, entre outros(1), e de Luiza Helena do Céu. Com geração.

(1)ver este artigo aqui na página do CBG - www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_06.html

I.2. Helena Augusta Teixeira de Lima, nasc. a 13.08.1844, na Bahia, e falecida a 19.05.1921, no Rio de Janeiro. Casada a 30.06.1860, no Rio de Janeiro, com seu tio paterno Tertuliano Teixeira de Freitas, nasc. a 06.09.1835, em Salvador, Bahia, e falecido a 24.07.1910. Bacharel em Direito, diplomado em 1859, pela Academia de São Paulo. Depois de formado, estabeleceu-se em Curitiba, Paraná. Também filho dos barões de Itaparica, Antonio Teixeira de Freitas Barbosa e Felicidade de Santa Rosa de Lima. Com geração.

9. **Dr. Caetano Alberto Soares, Conselho Diretor**

Nascido a 23.05.1790, em Porto da Cruz, Madeira, e falecido a 28.02.1867, no Rio de Janeiro. Filho de Antonio Soares Filgueiras e de Ana de Oliveira

Sacerdote católico e advogado. Presbítero secular. Órfão de mãe na mais tenra idade e educado por seu tio, cônego Caetano Alberto de Araújo, e por duas irmãs deste, senhoras excessivamente religiosas e austeras, abraçou o estado eclesiástico, cursando depois as aulas de Direito e foi, no lugar de seu nascimento, vigário geral e professor régio de latim, ao mesmo tempo que exercia a advocacia, até 1826.

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Advogado da casa imperial. Deputado às cortes portuguesas, quando, em 1828, foi revogada a Constituição e com a reação absolutista de Dom Miguel eram perseguidos os deputados de idéias liberais, deixou a pátria, fez uma excursão pela Inglaterra e daí passou ao Brasil, onde estabeleceu-se, adotando-o por pátria em 1833.

Bem que dotado de excelentes virtudes, abandonou as funções eclesiásticas para dedicar-se somente à profissão de advogado, a qual honrou como um sacerdócio, sendo um de seus luzeiros, e um dos caracteres mais puros, sempre disposto a proteger e tratar da libertação do escravo, que a ela podia ter qualquer direito.

Exerceu interinamente o cargo de juiz de órfãos da corte e diversas comissões honrosas e difíceis, como a de confeccionar os regulamentos comerciais em 1850, e em 1853, com o Marquês de Abrantes e o Marquês do Paraná, os regulamentos para execução da lei das terras, de 18 de setembro de 1850 (1).

Membro do conselho diretor e da comissão de relação da Revista do **Instituto da Ordem dos Advogados, da qual foi fundador**, participando do primeiro Conselho Diretor e, depois, Presidente. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Membro da Diretoria da Estrada de Ferro de Magé a Sapucaia. Comendador da Ordem da Rosa.

De famílias humildes, veio para o Funchal estudar para padre, no seminário Diocesano. Concluído o curso de presbítero, segue rapidamente para Coimbra onde se forma em Direito pela respectiva Universidade.

Volta ao Funchal, onde exerce a profissão de advogado e professor de latim. É eleito às cortes portuguesas em 1826, mas receando ser perseguido, ausentou-se em 1828 para o Brasil. Fixando-se no Rio de Janeiro, opta por naturalizar-se brasileiro, alcançando fama como advogado. Exerceu várias comissões de serviço entre elas, a de juiz dos órfãos, advogado da Casa Imperial, terceiro presidente do Instituto de Advogados, durante os anos 1852 a 1857, etc.

Afetado pela cegueira, continuou, apesar disso, no exercício da advocacia, em que se distinguiu. Devido a esta circunstância, deixou poucos trabalhos escritos, além duma memória lida no Instituto dos Advogados do Brasil e publicada em 1848.

Presidente e membro do conselho diretor e da comissão de relação da Revista do

Instituto da Ordem dos Advogados brasileiros. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da indústria nacional.(2)

(1) Sacramento Blake, Dicionário Bio-Bibliográfico, Tomo II, 2.

(2) http://pt.wikipedia.org/wiki/Caetano_Alberto_Soares

Escreveu:

1. Relatório de uma comissão nomeada pelo governo, demonstrando três teses de direito público eclesiástico brasileiro. Rio de Janeiro, 1837 , in-8.º As teses são (na grafia da época):
 - 1.1. *Os bispos do Brazil, canonicamente eleitos, podem ser nomeados vigários capitulares, governadores de seus bispados, antes de receberem a confirmação, sempre que a necessidade, a utilidade das igrejas o exigir ?*
 - 1.2. *Os bispos do Brasil, canonicamente eleitos, sendo nomeados vigários capitulares, governadores de seus bispados, têm direito a perceber por inteiro os rendimentos da Camara episcopal ?*
 - 1.3. *Os vigários capitulares do Brazil têm jurisdição para dispensar nos impedimentos matrimoniaes, si os bispos, antes de sua morte, transferencia ou renuncia, não houverem communicado esta faculdade a sacerdotes idoneos dos respectiv bispados com clausula de a poderem exercer na sé vaga ?*
2. *Meu primeiro dedilhar da lira*, (Poesia) 1846
3. *Memória para melhorar a sorte dos nossos escravos*, lida na sessão geral do Instituto dos advogados de 7 de setembro de 1845. Rio de Janeiro, 1847, 36 págs., in-8.º
4. *Memória, em que se apontam as omissões de nossa legislação patria e algumas providencias a adop'tar nella para suprir estas omissões*. Sobre o casamento como contracto civil, ormação, estabilidade e direitos de família. Rio de Janeiro, 1848, 26 págs., in-4.º. Foi também impressa na revista do Instituto dos Advogados, em 1863.
5. *Regulamentos comerciais*. Trabalho que confeccionou, encarregado pelo governo imperial, em 1850.
6. *Regulamento para a execução da lei das terras* (de 18 de setembro de 1850). Deste trabalho foi também encarregado pelo governo imperial em 1863, tendo por companheiros ou colaboradores o Marquês de Abrantes e o Marquês de Paraná.
7. *Dissertação e teses*, 1851
8. Discurso proferido pelo presidente do instituto, em sessão de 16 de junho de 1857.

9. **Dr. José de Siqueira Queiroz, Conselho Diretor**
Infelizmente não encontrei informações sobre José de Siqueira Queiroz.

10. **Dr. Dias da Motta, Conselho Diretor**
Infelizmente não encontrei informações sobre Dias da Mota.

11. **Dr. Luiz Antonio da Silva Nazareth, Conselho Diretor**
Nascido em 1816, no Rio de Janeiro, e falecido depois de 1879. Filho de Zeferino da Silva Nazareth e de Luiza do Amor Divino; neto paterno de Francisco Joaquim da Silva Nazareth, Padre do hábito de São Pedro, Capelão da Marambaia e vigário de NS da Guia Pacobaíba, e de Maria Antonia do Espírito Santo.

Advogado, juiz curador de órfãos e maçom. Bacharel em Direito pela Academia de

Direito de São Paulo, na turma de 1836. 1.º Contador Geral dos Órfãos.

Membro do Conselho Diretor do Instituto dos Advogados brasileiros, na sua primeira diretoria, em 1843.

Casado a 01.04.1837, no Rio de Janeiro, com sua prima em primeiro grau, Ana Justina Fernandes, nasc. a 26.09.1819, no Rio de Janeiro, filha de Diogo Wenceslau Fernandes, Feitor do Passeio Público, administrador das Obras do Maracanã, e de Ana Miquelina do Amor Divino; e neta materna dos citados Francisco Joaquim da Silva Nazareth e Maria Antonia do Espírito Santo.

Pais de:

- I.1. Luiza Augusta da Silva Nazareth, bat. a 21.01.1838, no Rio de Janeiro, onde fal. a 10.09.1840.
- I.2. Zeferino Augusto da Silva Nazareth, nasc. a 28.11.1838, no Rio de Janeiro, onde fal. por volta de 1884. Segundo tenente de 1868-1869 do Primeiro Batalhão de Artilharia durante a Guerra do Paraguai. Casado a 22.09.1860, no Rio de Janeiro, com Luiza Candida Feital e Silva, natural do Rio de Janeiro, filha de Jerônimo Pereira Lopes da Silva e de Firmina Inácia de Noronha Feital. Com geração.
- I.3. Luiz Antonio da Silva Nazareth Júnior, nasc. por volta de 1842. Casado com Luiza Isabel de Souza Menezes – com geração.
- I.4. Henrique Luiz da Silva Nazareth, nasc. por volta de 1845.

12. **Dr. Fausto Augusto de Aguiar, Conselho Diretor**

Nasc. a 19.12.1817, no Rio de Janeiro, onde faleceu a 25.02.1890. Vivia em 1885 no Rio de Janeiro, data em que foi inventariante de sua irmã Henriqueta Elisa de Castro Aguiar. Filhos de João Francisco de Aguiar e de Narciza Angélica de Aguiar.

Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo, na turma de 1839. Exerceu diversos cargos, sendo aposentado no de diretor geral da Secretaria do Império. Presidente das Províncias do Ceará (1848-1850) e do Pará (1850-1852) que o elegeu seu representante em cinco legislaturas gerais: na 9.ª, de 03.05.1853 a 20.09.1856; na 10.ª, de 03.05.1857 a 16.09.1860; na 11.ª, de 03.05.1861 a 18.04.1864; na 14.ª, de 11.05.1869 a 22.05.1872; e na 15.ª, de 21.12.1872 a 10.10.1875, ano em que foi eleito senador pela mesma província, de 13.04.1877 a 15.11.1889.

Membro do Conselho Diretor do Instituto dos Advogados brasileiros, na sua primeira diretoria, em 1843. Era do conselho do Imperador. Comendador da Ordem da Rosa. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Escreveu:

- 1. *Relatório da presidência do Grão-Pará na abertura da 2.ª sessão ordinária da sétima legislatura provincial no dia 15 de agosto de 1851.* Pará, 1851, in-4.º
- 2. *Exposição apresentada ao... presidente do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha por ocasião de seguir para a mesma província.* Pará, 1851, in-fol.
- 3. *Exposição de algumas questões concernentes aos limites e modo de exercício de varias atribuições, conferidas pelo ato adicional às assembléias provinciais e aos presidentes de província.* Rio de Janeiro, 1864, 65 págs., in-8.º

13. **Conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão, presidente honorário**

Francisco Alberto Teixeira de Aragão, nascido em 1788, em Lisboa (São Cristóvão), Portugal, e falecido a 10.06.1847, no Rio de Janeiro. Filho de Felisberto Teixeira Ximenes de Aragão e de Ana Joaquina de Moraes e Silva; neto paterno de Francisco Teixeira e de Joaquina Rosa Ximenes de Aragão; e, neto materno de João Baptista da

Silva e de Luiza Maria da Silva.

Formado em direito pela universidade de Coimbra. Depois de exercer um lugar de juiz de fora em Portugal, foi à França, donde passou ao Brasil e onde serviu o cargo de intendente da polícia, fazendo nesse ramo do serviço melhoramentos que lhe valeram a nomeação de comendador da ordem de Cristo e o título de conselho do Imperador.

Popularizou-se no Rio de Janeiro o chamado "toque do Aragão", uma espécie de toque de recolher dado pelo sino da igreja de São Francisco de Paula, às 22 horas, imposto pelo então temido chefe de polícia Teixeira de Aragão. Depois dele, "ninguém será isento de ser apalado e corrido pelas patrulhas".

Foi desembargador na relação da Bahia e depois desembargador do paço e deputado da mesa de consciência e ordens e por último Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.



Casado a 22.10.1787, em Freixo de Numão, Vila Nova de Foz-Côa, com Ana Joaquina de Moraes e Silva, natural de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz-Côa, filha do doutor João Baptista da Silva e de Luíza Maria da Silva.

Pais de:

- I.1. Antonio Pedro Ximenes de Aragão
- I.2. Maria José Madre de Deus Teixeira de Aragão, casada com Joaquim Pereira da Silva Pratas.
- I.3. Maria Leonor Ximenes Teixeira de Aragão, casada em Carrazedo de Montenegro, com Francisco Bernardo da Costa Serrão, natural de Chaves, filho de Bernardo Antonio da Costa e de Joaquina Angélica da Costa. Com geração.
- I.4. Francisco Alberto Teixeira de Aragão, nascido em 1788, em Lisboa (São Cristóvão) – Portugal, e falecido a 10.06.1847, no Rio de Janeiro. Casado a 06.05.1825, no Rio de Janeiro, com Carlota Adelaide Velho da Mota, nasc. a 07.11.1811, no Rio de Janeiro, filha do comendador José Luís da Mota e de Mariana Eugênia Alexandrina Velho da Silva. Com geração.
- I.5. José Teixeira de Aragão
- I.6. José Maria Teixeira de Aragão, nasc. a 03.07.1798, e falecido a 07.02.1871. Casado com Mariana Hermógenes da Silva – com geração.
- I.7. Maximiano Teixeira de Aragão, natural de Lisboa (São Cristóvão), Portugal. Casado a 18.04.1834, no Rio de Janeiro, com Mariana Eugenia Velho da Mota, bat. a 15.01.1815, no Rio de Janeiro, e falecida a 11.1865, em Lisboa - Portugal, filha do comendador José Luís da Mota e de Mariana Eugênia Alexandrina Velho da Silva. Com geração.